

EDGAR MORIN: IDEÓLOGO DO IMPERIALISMO EM “SETE SABERES NECESSÁRIOS À EDUCAÇÃO DO FUTURO”

Larissa dos Santos Estevão-UFPE-laure_estevao@hotmail.com
Tainá Christine da Conceição Peixoto-UFPE-ta.inaa@outlook.com

RESUMO

O estudo apresenta apontamentos sobre a obra de Edgar Morin, “Sete saberes necessários à educação do futuro”, e suas decorrências. A análise consistiu em um *paper position*. Os resultados apontam para o idealismo filosófico revestido de pensamento novo; o paradigma do pensamento complexo converge aos objetivos do imperialismo em adequar a educação dos países semicoloniais às novas tecnologias e demandas do mercado. Consideramos que o engajamento político na luta de classes deve residir em defender a luta de democratização do conhecimento, em defesa do ensino público e a serviço do povo.

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em alguns apontamentos sobre a obra de Edgar Morin, “Sete saberes necessários à educação do futuro”, e suas decorrências para as políticas educacionais. A análise consistiu em realizar metodologicamente um estudo bibliográfico para produção de um *paper position*.

No campo epistêmico é notável a influência de Edgar Morin sobre pressupostos de diversos teóricos, a partir de seus estudos sobre a teoria da complexidade, tornando-se referência na contemporaneidade como paradigma emergente para a educação.

No entanto, alguns intelectuais brasileiros no âmbito da educação construíram críticas e lhe refutam, sobretudo, pelas contradições entre suas ideias e suas ações entorno das políticas educacionais. As críticas realizadas por Leher (2003) baseiam-se na estreita relação entre o autor e os órgãos do imperialismo que ditam as políticas

educacionais para países semicoloniais; enquanto Giolo (2004), na sua vinculação ideológica com o chamado capital globalizado.

MORIN E OS ÓRGÃOS DO IMPERIALISMO

Edgar Morin presidiu o Observatório Internacional das Reformas Universitárias (ORUS), organização não-governamental financiada pelo Banco Mundial. Neste período, o ORUS, fracassando na implementação do “modelo da complexidade” no centro do capitalismo, a exemplo da contestada reforma de Claude Allègre, destinou-o para os países com grandes mercados educacionais (LEHER, 2003) e oprimidos pelo imperialismo norte-americano. É o órgão responsável pela sistematização das reformas universitárias realizadas nesses países, seus pacotes educacionais são formulados pela UNESCO e impostos pelo Banco Mundial.

No Brasil, a reforma Universitária, moldada pelo Banco Mundial, Governo Lula e ORUS foi contestada pelo fato de contrariar os princípios da universidade pública, gratuita, democrática e que produzisse livremente conhecimento, sem amarras aos interesses econômicos do imperialismo (LEHER, 2003).

Diante disto, nos questionamos se de fato as formulações de Morin se configuram como um contraponto às concepções ideológicas dominantes que ditam a ciência e a educação, para serem apontadas como necessárias à educação do futuro.

EDUCAÇÃO DO FUTURO: CONSERVAR OU TRANSFORMAR?

Na história da luta de classes, a educação cumpre importante função, tanto no sentido de manter o *status quo*, quanto em subvertê-lo. Uma vez que a educação encontra-se no campo político e ideológico, ela não é neutra, é condicionada pelo modo de produção da vida material, portanto a educação formal institucionalizada pelo Estado burguês reflete as contradições desta sociedade.

Morin insinua que o pensamento marxista foi construído por base no pensamento em detrimento da prática revolucionária e defende sua concepção idealista afirmando que “Nossa realidade não é outra senão nossa ideia da realidade” (MORIN, 2000, p.85). Distorce a afirmação de Marx e Engels (2001) em “A Ideologia Alemã”

quando criticam o pensamento filosófico-idealista dos Jovens-Hegelianos da Alemanha do século XIX, núcleo que, em sua contradição, faz emergir a filosofia marxista. O que Marx e Engels, neste sentido, defendem é que as ideias que o ser humano elabora é reflexo da sociedade deformada de classes e não o contrário.

Nesse sentido, Mészáros (2008) defende que não é possível, dentro da ordem capitalista, esperar transformações profundas advindas de uma reforma educacional. Aliás, cedo ou tarde, essas serão invertidas, dada a lógica estruturante da sociedade não ter sofrido modificações. Coloca em cheque a principal tese defendida por Morin nos saberes à educação do futuro, que pela reforma do pensamento alcançaremos as condições do pensamento complexo. Para Morin (2000), a consciência é uma entidade metafísica sobrepujante ao próprio ser humano, sendo produto do cérebro humano compreendida como seres mentais que tem vida e poder capaz de nos possuir. Dessa forma, Morin retoma a luta superada pelo marxismo contra o idealismo, sua educação do futuro remete ao passado, uma concepção idealista travestida de novidade.

Mészáros (2008) identifica que o capitalismo utiliza de uma violência reacionária brutal, destacando o processo educativo como internalização das concepções de mundo burguesas pelas classes oprimidas. Esse processo surgiu para atenuar as contradições aprofundadas dessa violência e garantir a maior acumulação privada e extração de mais-valia através da alienação do trabalho.

Ao não contextualizar essa realidade, Morin nega as lutas antagônicas entre as classes, colocando seus saberes propostos à educação em total correspondência com as teorias imperialistas e pós-modernas que encontraram terreno para sua difusão com a crise da modernidade e a restauração capitalista das repúblicas socialistas.

A título de exemplo, mencionamos a explicitação da necessidade de uma concepção teórica imbuída de relativização e domesticação. Morin (2000) refuta a educação enquanto um ato político capaz de escolher entre o conservadorismo ou a transformação, admite-a enquanto pacificadora, esperança à era das “guerras e das mortes” – a modernidade. A reforma do pensamento nada mais é que uma retórica reformista que através do discurso burguês de tolerância, compreensão e ética corrobora com o funcionamento da sociedade tal como ela está, criticando a “possibilidade de organizar um agir coletivo consequente” (GIOLO, 2004, p.9).

Morin admite a harmonia dos contrários e a domesticação das classes oprimidas defendendo teorias contrarrevolucionárias. Essa falsa harmonia é o centro de suas ideias no ensinar a compreensão, a ética e a cultura planetária. Lenin (apud SOUZA, 2014, p.270) nos esclarece a que serve a paz da burguesia, “exclusivamente para enganar o povo”, sendo mera intensificação, em todas as suas formas, da exploração imperialista.

O futuro apontado por Edgar Morin não representa o desenvolvimento econômico-social e humano. Longe de educar para a emancipação humana, determina que a sociedade atual, ademais de algumas reformas possíveis, é seu fim último, aqui expressa seu anticomunismo, defendendo as ideias de Fukuyama que o capitalismo é o melhor dos mundos, o “fim da história”.

Por certo, Morin tem razão quando qualifica o paradigma da complexidade como o pensamento próprio do século XXI, da globalização, da “planetarização”, da mundialização. O capitalismo requer um sistema de pensamento que favoreça a abertura das fronteiras para a circulação de seus capitais e suas mercadorias e ao mesmo tempo esconda sua real lógica de funcionamento (GIOLO, 2004). Ao formular sua teoria, Morin colabora com a legitimação capitalista em sua fase imperialista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontam para o antigo idealismo filosófico revestido de pensamento novo e moderno. O paradigma do pensamento complexo converge aos objetivos do imperialismo em adequar a educação dos países semicoloniais às novas tecnologias e demandas do mercado. Decorrem disso, a necessidade de formação de capital humano necessário para atender ao sistema produtivo e suficiente à demanda de exploração da força de trabalho pelo capital.

Outra inquietação, reside na propagação de que a consciência e o pensamento dos homens determinam as suas condições de existência e de ação e, assim, a educação deve tão somente operar a reforma do pensamento como tarefa principal da educação: aplicar o paradigma da complexidade e gerar uma “consciência planetária”, tolerante e pacífica.

O nosso engajamento político na luta de classes não reside em defender a reforma do pensamento; mas sim, a luta nas trincheiras de democratização do conhecimento, em defesa do ensino público e a serviço do povo, atrelada a luta por uma nova sociedade, principalmente no que diz respeito a construção de possibilidades de uma educação científica e popular, “num povo que cumpra conscientemente seu processo histórico, a reorganização do ensino deve ser dirigida por seus próprios homens” (MARIÁTEGUI, 2010, p.127) e não por ditos pensadores representantes da ideologia burguesa e perversa do capital.

Ressaltamos que os apontamentos supracitados convêm para instigar novos estudos, aprofundando a crítica marxista à teoria da complexidade e ao paradigma emergente da educação.

REFERÊNCIAS

GILOLO, Jaime. **Três críticas aos sete saberes necessários à educação do futuro**. V seminário de pesquisa em educação - Região Sul - V ANPED SUL, 2004. Disponível em: <<http://www.portalanpedsul.com.br/2004/>>. Acesso em: 20 set. 2016.

LEHER, R. Reforma universitária do governo Lula: protagonismo do Banco Mundial e das lutas antineoliberais. In: **Folha Dirigida**. Rio de Janeiro, 2003.

MARIÁTEGUI, J. C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MÉSZAROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, M. **Imperialismo e educação do campo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.